Artigo 88 Código Penal Comentado: Impactos da Revogação

escrito por Dr. Ademilson Carvalho | 14/11/2024



Entender o **Artigo 88 do Código Penal** é crucial para aqueles que buscam compreender os mecanismos legais relacionados à revogação do livramento condicional. Quando o livramento condicional é revogado, o tempo em que o condenado esteve solto geralmente não é descontado da pena, a menos que a revogação ocorra devido a um crime anterior ao benefício. Isso demonstra a severidade e a atenção cuidadosa com que o poder judiciário trata a infração das condições impostas.

A revogação do livramento condicional possui implicações significativas tanto para o condenado quanto para o sistema judiciário. As condições para a revogação são estabelecidas para garantir a legalidade e a justiça, mantendo um equilíbrio entre a reabilitação do apenado e a segurança pública. Ao descumprir essas condições, o indivíduo corre o risco de perder o benefício, reafirmando a importância de se manter conforme as normas legais durante o período de liberdade condicional.

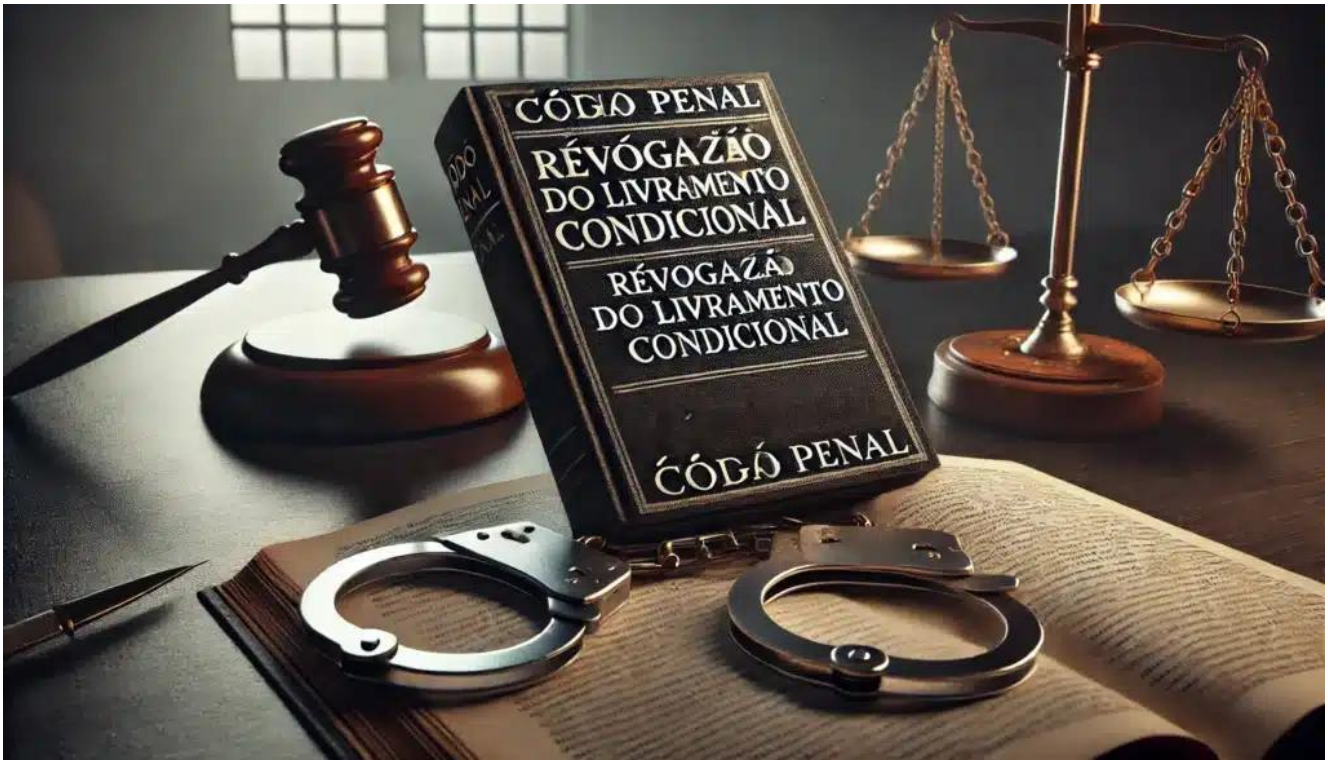
Ao explorar os efeitos da revogação, este artigo aborda questões importantes, como os aspectos processuais e o papel do poder judiciário na elaboração e implementação das medidas judiciais necessárias. A análise das implicações legais ajuda a esclarecer como o **Código Penal** visa promover a justiça e a

reabilitação, minimizando as possibilidades de reincidência.

Pontos Fundamentais

- A revogação do livramento condicional não desconta o tempo de liberdade na maioria dos casos.
- O poder judiciário tem um papel crucial na aplicação das condições do artigo.
- A legalidade é essencial para manter o equilíbrio entre reabilitação e segurança pública.

Entendendo o Artigo 88 do Código Penal



O Artigo 88 do Código Penal trata dos efeitos da revogação do livramento condicional. Importante para a justiça penal, ele interfere diretamente na execução das penas. A relevância histórica e legislativa deste artigo é refletida no contexto de sua criação e nas mudanças subsequentes.

Contexto Histórico e Legislativo

O Artigo 88 integra o **Código Penal Brasileiro**, originalmente estabelecido pelo **decreto-lei 2.848** de 1940. Com o passar dos anos, especialmente com a reforma trazida pela **Lei 7.209** de 1984, houve importantes atualizações no tratamento das penas e medidas de segurança. Esta lei visava tornar o sistema penal mais humano e efetivo, ajustando os métodos de execução das penas.

Historicamente, o foco tem sido garantir a justiça e reintegração dos condenados. Quando falamos em revogação do livramento condicional, estamos abordando a capacidade do sistema penal de equilibrar esses objetivos com a segurança pública. As revisões legislativas buscavam manter essa harmonia, assegurando que os benefícios fossem concedidos e avaliados de forma justa e responsável.

Texto Legal e sua Literalidade

O texto do Artigo 88 expressa que, ao ocorrer a revogação do livramento, o tempo em que o condenado esteve solto não é contabilizado como pena cumprida. Isso é crucial para entender como o sistema penal gerencia o retorno ao cárcere após a revogação.

Sua literalidade enfatiza que, caso a revogação resulte de nova condenação por crime anterior ao benefício, o livramento não pode ser novamente concedido. Isso reafirma o compromisso com a reabilitação e justiça, ao mesmo tempo que garante uma resposta adequada às violações cometidas. Essa literalidade oferece uma estrutura clara para a aplicação das penas no contexto do livramento condicional.

A Revogação do Livramento

Condicional

A revogação do livramento condicional ocorre quando o benefício é retirado devido ao não cumprimento de condições estabelecidas ou a cometimento de novos crimes. Esta seção aborda as definições, causas legais, distinções entre revogação facultativa e obrigatória, além do procedimento aplicado.

Definição de Revogação

Revogação refere-se ao ato de retirar o livramento condicional concedido a um detento. Isso ocorre quando uma nova condenação por crime é imposta ou quando as condições do livramento são descumpridas. Ao ser revogado, o apenado volta a cumprir a pena anteriormente definida. Assim, a revogação tem um impacto direto na execução da pena, restabelecendo a situação anterior a concessão do benefício.

Causas Legais para Revogação

Entre as causas legais para a revogação estão a prática de infrações penais durante o período do livramento e o descumprimento das condições estipuladas, como o não pagamento de multas ou a não frequência a programas de reabilitação. De acordo com o artigo 88 do Código Penal, o cometimento de crimes adicionais durante o período do livramento impede a concessão de um novo benefício.

Revogação Facultativa e Obrigatória

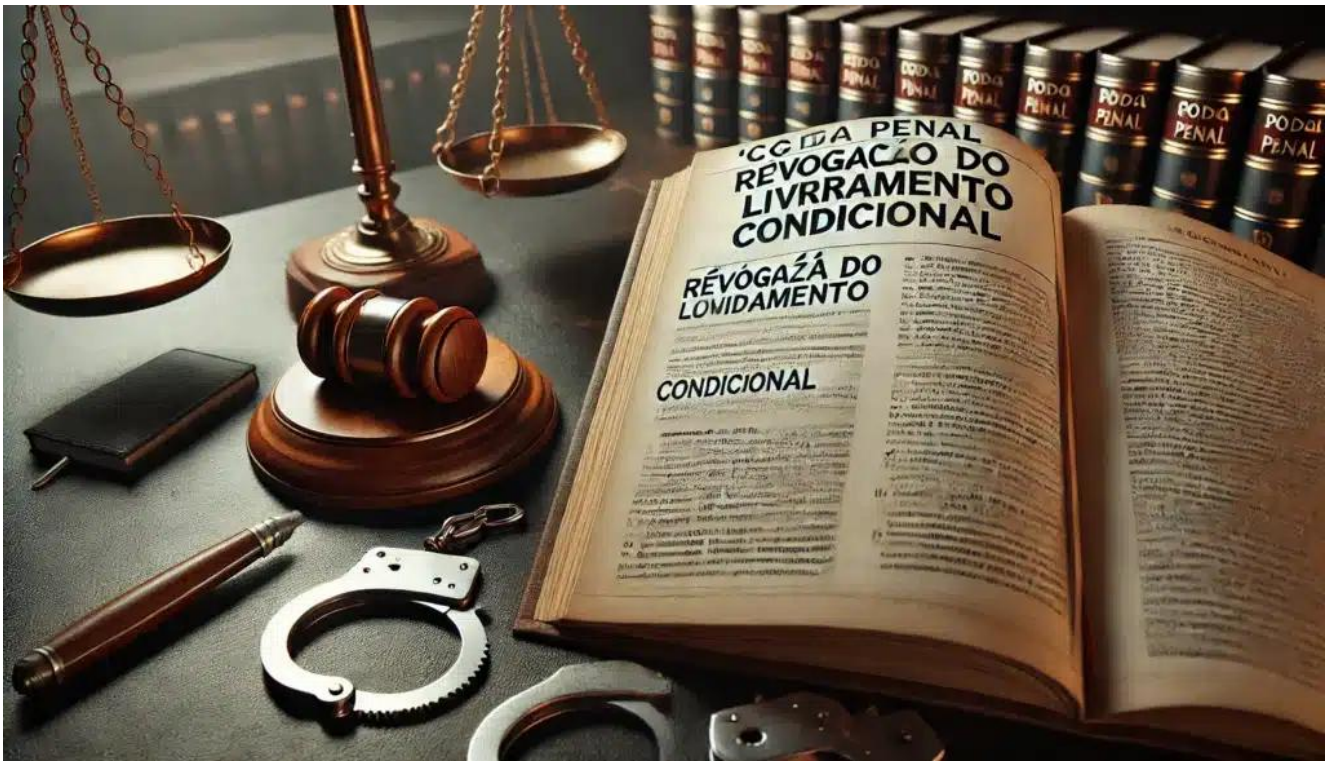
A revogação pode ser **facultativa** ou **obrigatória**. A revogação facultativa ocorre quando o juiz tem a discricionariedade de avaliar a necessidade de retirada do benefício, considerando fatores como a gravidade do descumprimento. Já a revogação obrigatória é imposta por lei, como em casos de nova condenação. É essencial compreender as circunstâncias que levam a cada tipo de revogação para aplicar corretamente a

legislação vigente.

Procedimento de Revogação

O procedimento de revogação do livramento condicional envolve a análise judicial dos fatos que levaram ao seu descumprimento ou nova condenação. O juiz, ao considerar a revogação, precisa observar se as condições do livramento foram violadas. Este procedimento é regido por disposições legais específicas, garantindo que o apenado tenha direito a defesa e a um julgamento justo. autoridades monitoram o cumprimento rigoroso de normas aplicáveis para assegurar decisões justas e baseadas em fatos concretos.

Efeitos da Revogação do Livramento Condicional



A revogação do livramento condicional tem impactos significativos na pena do condenado. Além de afetar o cálculo da pena remanescente, influencia o registro criminal e a possibilidade de concessão futura do benefício.

Consequências Imediatas

Quando ocorre a revogação do benefício, o condenado perde imediatamente o direito à liberdade condicional. Isso significa que ele deve retornar à prisão para cumprir o restante da pena que foi inicialmente suspensa. Essa revogação impede qualquer possibilidade de um novo pedido de livramento condicional para os crimes já cometidos. Além disso, o retorno à prisão pode ocorrer rapidamente após o trânsito em julgado da decisão de revogação.

Impacto na Pena e Recálculo

A revogação afeta diretamente a pena do sentenciado, exigindo um recálculo do tempo a ser cumprido. O tempo em que o indivíduo esteve em liberdade condicional não é contado como tempo de cumprimento da pena. Dessa forma, o condenado pode ver um acréscimo no tempo total encarcerado. Essa medida é regida pelo artigo 88 do Código Penal, que determina a exclusão do período em que o livramento estava em vigência da contagem da pena.

Efeitos no Registro Criminal

A revogação deixa um impacto duradouro no registro criminal do condenado. O histórico da revogação pode influenciar negativamente futuras avaliações para concessão de benefícios ou alegações em juízo. Além disso, o indivíduo pode enfrentar dificuldades adicionais no sistema de justiça caso reincida. Esse registro pode afetar a percepção das autoridades judiciais sobre a predisposição do indivíduo para conviver em liberdade, influenciando decisões futuras.

Aspectos Processuais e Poder

Judiciário

Na revogação do livramento condicional, o Poder Judiciário desempenha um papel crucial ao garantir que o processo siga o que prevê a legalidade. O trâmite processual assegura direitos fundamentais ao condenado, evitando abusos e garantindo que a revogação ocorra de forma justa e transparente.

Papel do Poder Judiciário na Revogação

O Poder Judiciário atua como guardião da lei ao supervisionar o processo de revogação do livramento condicional. Ele assegura que a decisão de revogar um benefício respeite os princípios legais e processuais estabelecidos. Além disso, é responsabilidade do Judiciário avaliar as condições que justificam a revogação, garantindo que se baseie em evidências concretas e não em meras suposições.

A decisão final de revogação deve ser cuidadosamente fundamentada e incluir razões legais claras. Isso ajuda a evitar injustiças e a proteger os direitos do condenado. Além disso, o trânsito em julgado da condenação precisa ser levado em consideração, assegurando que todos os prazos e recursos legais disponíveis sejam respeitados durante o processo.

Trâmite Processual para Revogação

O trâmite processual para a revogação é caracterizado por uma sequência de etapas que busca garantir a legalidade e a transparência. Inicialmente, é necessária a apresentação de um pedido formal ao Poder Judiciário. Esse pedido deve conter dados precisos sobre o motivo da revogação e quaisquer evidências que suportem a ação.

Após a submissão do pedido, o Judiciário revisa os documentos e avalia se há mérito suficiente para dar prosseguimento. A partir daí, pode ser determinada a realização de audiências para que as partes envolvidas apresentem seus argumentos. O

respeito ao devido processo é essencial, com garantia de que todas as fases sejam devidamente observadas e documentadas.

Direitos do Condenado Durante o Processo

Durante o processo de revogação, o condenado possui direitos básicos que devem ser rigorosamente respeitados. O primário é o direito à defesa, o que significa que o condenado deve ser informado do processo contra ele e ter a oportunidade de se manifestar sobre as acusações e evidências apresentadas.

Ele também pode questionar o pedido de revogação, apresentar evidências em sua defesa e ter acesso a representação jurídica adequada. Isso é crucial para assegurar que o processo seja justo, equilibrado e que não ocorram decisões arbitrárias. Mesmo quando um condenado está sob ameaça de revogação, a presunção de inocência deve continuar a ser respeitada.

Crimes Relacionados à Revogação

A revogação do livramento condicional pode ocorrer devido à prática de novos crimes durante o período de liberdade. No contexto brasileiro, crimes contra o patrimônio e outras infrações penais significativas estão entre os casos que podem levar à revogação, anulando os benefícios previamente concedidos.

Crimes Contra o Patrimônio e Revogação

Crimes contra o patrimônio frequentemente resultam na revogação do livramento condicional. Estas infrações incluem furto, roubo e extorsão. Tais crimes têm um impacto direto no encerramento antecipado do período de liberdade, geralmente devido ao caráter reincidente do infrator.

Caso um indivíduo em livramento condicional cometa um roubo, isso não apenas agrava sua situação penal, mas também reforça a decisão judicial de revogar a libertação. O comportamento

reincidente indica risco para a sociedade e demonstra o não cumprimento das condições estabelecidas.

Portanto, quando verificado o descumprimento das condições legais, a revogação é acionada como uma medida para proteger a comunidade. Isso reitera a seriedade dos crimes contra o patrimônio na avaliação judicial do comportamento do condenado.

Outras Infrações Penais Relevantes

Além dos crimes patrimoniais, outras infrações relevantes como tráfico de drogas, agressões e crimes sexuais também impactam na decisão de revogar o livramento. A prática de tais infrações sinaliza à justiça que o beneficiário não consegue cumprir com requisitos legais e de comportamento.

Tais infrações são vistas com severidade devido ao seu potencial de dano e ameaça à segurança pública. Isso faz com que muitas vezes a revogação do livramento seja quase automática, reveendo o cumprimento integral ou parcial da pena anterior.

Essas práticas são prejudiciais não apenas em termos legais, mas também em termos sociais, reforçando a necessidade de cumprimento de penas predeterminadas. Assim, outros crimes significativos são considerados com igual importância quando da avaliação do comportamento sob condicional.

Medidas Alternativas e Suspensão Condicional da Pena



A **suspensão condicional da pena**, também conhecida como sursis, é uma medida flexível no sistema penal brasileiro, permitindo ao condenado evitar a execução imediata da pena privativa de liberdade. Essa suspensão está atrelada ao cumprimento de condições específicas impostas pelo juiz, como o não reincidir em crime doloso e o cumprimento das ordens judiciais.

O sursis é regulamentado pelos artigos 77 a 82 do Código Penal Brasileiro. Entre as condições, pode-se exigir o comparecimento periódico em juízo, a proibição de frequentar certos locais ou a obrigação de prestar serviços à comunidade.

As *medidas de segurança* são alternativas que buscam a ressocialização e reabilitação do réu. Elas se direcionam a indivíduos considerados incapazes de entender o caráter ilícito do ato ou de se autodeterminar durante a prática criminosa. Consistem em tratamentos como internação em hospital psiquiátrico ou tratamento ambulatorial.

Essas medidas oferecem ao sistema judicial instrumentos para lidar com cada caso de forma mais flexível e eficaz, garantindo que a punição se alinhe às necessidades de ressocialização do condenado. O foco é proporcionar um

ambiente que favoreça a não reincidência e promova a segurança pública.

FAQ

A revogação do livramento condicional, conforme o Artigo 88 do Código Penal, implica várias consequências jurídicas significativas. Os efeitos abrangem desde a impossibilidade de concessão de novo livramento até a necessidade de cumprimento total da pena anterior.

Quais são as consequências da revogação do livramento condicional no regime penal?

A revogação impede a concessão de novo livramento condicional. Além disso, o tempo em que o condenado esteve solto geralmente não é descontado da pena a ser cumprida, conforme exposto no Jusbrasil.

Como a regressão de regime é afetada pela revogação do livramento condicional?

A revogação do benefício pode levar à regressão de regime, obrigando o condenado a retornar a um regime mais severo. Isso restaura as condições de cumprimento de pena anteriores, considerando a infração das condições originais do livramento condicional.

Em que situações pode ocorrer a revogação do livramento condicional após uma nova condenação?

A revogação se efetua, especialmente, quando ocorre condenação por crime praticado durante o período do livramento. Crimes anteriores ao benefício, no entanto, podem não influenciar a

perda de tempo descontado na pena, conforme Direito Penal.

Quais as principais causas para a revogação do livramento condicional segundo o código penal?

A violação das condições impostas ao condenado, como o cometimento de novos delitos, constitui a principal causa para a revogação. Além disso, falhas no cumprimento das obrigações previstas no livramento resultam em sua revogação obrigatória.

Como é determinada a consequência jurídico-penal após a revogação da suspensão condicional do processo?

As consequências envolvem a execução total da pena, com potencial regressão a regimes iniciais. A determinação requer análise do comportamento do condenado e o novo contexto jurídico estabelecido após a revogação.

Quais são as implicâncias legais ao descumprir as condições impostas pelo livramento condicional?

O descumprimento leva ao restabelecimento da pena original e, possivelmente, a novos processos judiciais contra o condenado. As leis estipulam que o não respeito às condições de livramento implica perda dos benefícios e aplicação rigorosa da pena restante.